

A PERMANÊNCIA DO MITO DA SOCIEDADE PRIMITIVA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

KUPER, Adam

A reinvenção da sociedade primitiva: transformações de um mito.
Recife: UFPE, 2008.

POR

*Jéssica Hiroko de Oliveira*¹

Tratando-se de uma edição revista de *The invention of the primitive society*, o livro *A reinvenção da sociedade primitiva: transformações de um mito* busca traçar um histórico das teorias e discursos que, com base nas idéias de povos primitivos, sustentaram-se subseqüentemente, concomitante ao próprio desenvolvimento da antropologia como ciência, na segunda metade do século XIX.

Já o título sugere as mudanças e continuidades das reflexões de Adam Kuper acerca do tema. O autor acrescenta à primeira edição estudos sobre a influência darwiniana no período vitoriano, a fim de melhor delinear as transformações históricas da concepção de sociedade primitiva. Esta, agora descrita pelo autor como um mito, que longe de extinguir-se, renasce com novos atores, facetas e ideários políticos que resultam em novas problematizações discutidas em um novo capítulo.

¹ Estudante do Curso de Especialização em Ensino de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina

Na primeira parte de seu livro, tendo como base textos clássicos da Antropologia do Direito e de História Antiga, o autor lembra que os estudos pioneiros referentes à sociedade primitiva foram escritos por juristas. Esta primeira geração, de Henry Maine a Lewis Henry Morgan, iniciou a pesquisa das problemáticas como desenvolvimento do matrimônio e da família, da propriedade privada e do Estado, temas tradicionalmente de domínio dos estudiosos do Direito. Kuper assinala que com o tempo, o tema saiu do domínio dos juristas e, paralelamente à profissionalização da Antropologia, ganhou terreno incluindo idéias sobre as origens e a evolução humana, explicações acerca do estado inicial da religião e da sociedade (presentes na teoria do totemismo, desenvolvida por McLennan, Robertson Smith e Frazer). Na Grã-Bretanha, E.B.Tylor e James George Frazer lograram postos de autoridade, passando a arbitrar disputas que buscavam delinear uma forma original das sociedades humanas primordiais.

Traçando um percurso histórico, Kuper observa que no final do século XIX, as características da sociedade primitiva estavam definidas e seriam compartilhadas pela maioria dos especialistas de modo quase que unânime. Assim, nas sociedades primitivas as relações seriam pautadas pelo sangue; as unidades básicas seriam os grupos de descendência da linhagem masculina ou feminina; a propriedade seria comum a todos, sendo as mulheres mantidas coletivamente pelos homens do clã; os casamentos seriam proibidos entre homens e mulheres do mesmo clã; cada qual seria considerado como sendo descendente de um deus animal ou vegetal, sendo este reverenciado (totemismo).

No entanto, os grupos de descendência, depois de uma grande revolução, teriam definido: os direitos de propriedade privada teriam se estabelecido e a emergência da família moderna e de um Estado territorial teriam suplantado aquelas instituições. Contudo, as “sobrevivências” das antigas formas estariam presentes em cerimônias ou em formas de linguagem das sociedades primitivas contemporâneas.

Kuper considera estupefacente a rapidez com a qual os antropólogos desenvolveram a idéia de sociedade primitiva, mas enfatiza que mais extraordinária ainda é a persistência desta. Os escritos sobre a sociedade primitiva no século XIX tiveram influência de Darwin, mas os estudiosos sabiam que este tema era anterior². Houve então o empreendimento para a delimitação de um campo

² Kuper retrata a permanência deste discurso a partir das premissas contidas nas palavras *bárbaros*, *selvagens* e *primitivos*, utilizadas desde os gregos para designar inimigos, ou aqueles que escapariam à própria imagem.

dentro de um discurso amplo, que abarcava estudos sobre a mentalidade primitiva e especulações sobre a origem da língua e da religião, conectados à questão darwiniana sobre as origens do homem.

É aqui que o autor estabelece uma de suas teses: os antropólogos empreenderam a manipulação de um *mito* construído por juristas especuladores no final do século XIX para lograr êxito em teorias acerca da sociedade primitiva, noção que, para além de não ser pontual, mostra-se inconsistente:

O conceito como um todo é fundamentalmente débil. Não há nenhuma via sensata na qual se pode especificar o que é uma sociedade primitiva. O termo implica um ponto de referência histórico. Ele presumivelmente define um tipo de sociedade que antecede formas mais modernas, análogo à história evolucionária das espécies naturais (2008, p.21).

Em uma leitura de trabalhos arqueológicos que tratam as revoluções ocorridas na espécie humana, durante a passagem da era Paleolítica para o Alto Paleolítico, Kuper conclui que a evidência arqueológica é insuficiente como base para generalizações acerca da natureza destas sociedades, e mais insuficiente ainda para a conformação destas a um padrão comum. Só seria possível obter informações de caráter sociológico com o desenvolvimento da escrita, o que teria ocorrido somente em torno de 7000 anos atrás. De acordo com Kuper, os antropólogos utilizaram uma estratégia alternativa para a reconstrução do passado remoto. Assim como os estudos darwinianos utilizavam a comparação da variação de espécies vivas para deduzir ancestrais comuns, os antropólogos foram tentados a tratar populações vivas como substitutas das sociedades da Idade da Pedra.

Os Antropólogos Vitorianos concebiam que os povos mais próximos da Idade da Pedra eram caçadores coletores americanos ou aborígenes australianos, de modo que alguns estudiosos se empenhavam em encontrar equivalentes vivos das primeiras populações forrageadoras nas planícies da África Oriental. No entanto, objeta o autor:

(...) as sociedades humanas não podem ser traçadas retroativamente até um ponto singular de origem. Tampouco há algum meio de reconstruir formas sociais pré-históricas, ou de classificá-las e alinhá-las em uma série temporal. Não há fósseis de organização social (2008, p. 22).

O autor salienta que, longe de se terem mantido intactas desde o Alto Paleolítico, as sociedades de caçadores e coletores que serviram de objeto para os pesquisadores teriam vivido por gerações ao lado de outras que praticavam pastoreio ou agricultura, devendo então ser consideradas como sujeitos desfavorecidos do

Estado moderno, cujas vidas são adaptadas a esta situação, pois “quando estudados nos séculos XIX e XX suas vidas haviam sido definitivamente transformadas pelos encontros com fazendeiros, pastores, comerciantes e missionários.” (2008, p. 28)

Em suma, não seria possível estudar a sociedade primitiva empiricamente e não haveria meios de se estabelecer se estas se organizavam em grupos familiares, se teriam praticado monogamia ou poligamia, se teriam adorado totens, tido chefes, etc. As etnografias sobre caçadores coletores modernos possibilitariam algumas generalizações, mesmo que revelem uma diversidade em relação a crenças religiosas e instituições sociais. De acordo com Kuper, pode-se afirmar que nestas sociedades o casamento e a família seriam universais; as relações de troca altamente valorizadas; haveria pouca diferenciação social; somente os homens seriam encarregados da caça e, por último, não existiriam líderes poderosos.

Não obstante, o autor faz a ressalva de que existiriam diferenças substanciais entre estas sociedades, além de não se ter evidências de que estas características comuns teriam sido compartilhadas pelas populações do Alto Paleolítico. Visto isso, segue-se outra crítica ao modo como as sociedades primitivas foram pensadas, quando o autor argumenta que:

O termo primitivo deveria ser usado para representar o ponto de partida de uma história comum, através do qual todas as populações passam, em velocidades diferentes. Uma história coletiva e progressiva da humanidade é plausível se restrita ao desenvolvimento tecnológico, e ao crescimento secular da população humana como um todo (...). No entanto, estas observações não podem ser traduzidas em uma história das sociedades efêmeras com fronteiras incertas, ou expandidas para abarcar a história das instituições sociais, uma vez que o registro arqueológico permite pouca informação sociológica (2008, p.28).

Aqui podemos retomar a tese de que a idéia de sociedade primitiva trata-se de um mito. Como afirma Kuper, esta se constituía mais como uma mitologia do que uma ciência, o que não significou a ausência de desenvolvimento teórico. Evocando Lévi-Strauss, Adam Kuper enfatiza o caráter dinâmico da mitologia, já modificada em sua gênese, pela troca de narrador, e que tem sua estrutura e significados alterados em uma série de estados e variações sem, no entanto, deixar de pertencer ao mesmo conjunto.

A idéia de sociedade primitiva foi refinada e desenvolvida por inúmeros teóricos, como Engels, Freud e Durkheim, alimentando uma variedade de questões políticas sobre escravidão, argumentos sobre a origem comum do homem, questões religiosas, todavia sem ser associada a uma única postura política.

Assim, poder-se-ia justificar a persistência do mito pelas funções políticas que este cumpriu, mas, para além das questões religiosas e dos assuntos políticos, o autor considera algo ainda mais fundamental para a persistência do tema sociedades primitivas. O que teria feito, então, a sociedade primitiva ser tão boa para pensar? Kuper aponta o sentimento existente na Europa, na segunda metade do século XIX, de que este período seria uma transição revolucionária para um novo mundo, a era da ciência, em contraste com a sociedade tradicional. E os discursos sobre as sociedades tradicionais portavam a representação de uma sociedade primitiva ou primeva que se configurava como a antítese da modernidade.

Sendo a sociedade moderna definida pelo Estado territorial, a família monogâmica e a propriedade privada, a primitiva seria o seu extremo oposto: nômade, ordenada por traços de sangue, sexualmente promíscua e comunista. Diante da era da ciência, emergia a auto-imagem do homem moderno, racional, em oposição ao ilógico e supersticioso. A construção do primitivo foi ilusória à medida que foi contradita pelas evidências etnográficas e, no entanto, foi sobre este mito que nossa própria sociedade foi definida.

Lembrando que o mito é passível de manipulações sistemáticas, que produzem diversas contradições e representações de opostos, passamos à outra tese do autor e à pertinência desta discussão: o mito da sociedade primitiva renasce atualmente como programa político, sob o mote dos direitos humanos e culturais. Através de ONGs, movimentos populares, ambientais e anti-globalização novas identidades são representadas, porém, ainda trazem em seu bojo a figura do “nobre selvagem”. Como nos diz Kuper: “para cada nação, para cada tempo, os seus próprios bárbaros.” (2008, p. 13). Neste sentido, a proposta do autor parece ser pertinente para pensarmos os discursos que se impõem às sociedades tradicionais no mundo contemporâneo.

Partindo das considerações de Kuper, podemos nos voltar para os debates acerca da Arte Africana³, por exemplo, e verificar alguns eixos para pensar estas questões na atualidade. A própria definição de arte está associada ao poder neocolonial e eurocêntrico, que distingue e classifica a partir das dicotomias *moderno* e *tradicional*; *autêntico* e *artificial*; *mudança* e *imobilidade*, oposições que reproduzem pressupostos valorativos mesmo nos dias de hoje.

³ O ArtAfrica, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem como proposta divulgar debates e abordagens antropológicas, artísticas, literárias e históricas presentes no período pós-colonial. Disponível em: <http://www.artafrica.info/index.php>

A arte africana, assim como a de outros povos tradicionais, parece ser pensada somente como um espelho da sociedade ocidental, que teria criado seus cânones e se apropriado daquelas. O Ocidente produziria assim, discursos e valores que o distinguiria do restante do mundo, um *Outro* homogêneo.⁴

Quando produzida no período colonial ou pós-colonial, a arte africana é freqüentemente representada como não autêntica, como que poluída e deslegitimada pelo contato interétnico. Podemos apontar nas discussões sobre a arte, os rituais e demais traços culturais, uma herança do modelo biológico que busca, como se fosse possível, definir os momentos da ascensão e o do declínio da cultura dita *tradicional*, marcados pelo início do colonialismo.

Deste mesmo ranço parece padecer a representação que se tem das comunidades indígenas e quilombolas no Brasil, o que se faz sentir, sobretudo, nas questões de demarcações de terras. A estes povos muitas vezes se impõe o caráter da imobilidade, como se a cultura pudesse e devesse ser estagnada para ser considerada legítima.

Nestes discursos, a mudança é interpretada como destruição de um modo de vida, e a diversidade deve ser defendida para o bem da humanidade como um todo. Enfatizar apenas as concepções de tradição, autenticidade e originalidade destes povos pode corresponder a negar-lhes novas formas de inovação e articulação cultural, política e social.

Profícua, a obra de Adam Kuper nos invita, assim, a repensar as dicotomias existentes nos discursos de nossa própria sociedade, que sob o julgo da teoria cultural ocidental incorrem no risco de não serem propriamente democráticos.

REFERÊNCIAS

DIWARA, Manthia. *A Arte da resistência Africana*. Disponível em <http://www.artafrica.info/html/artigo trimestre/artigo.php?id=6> data de acesso: 11/04/2009.

KASFIR, Sidney. *Arte Africana e autenticidade: um texto sem sombra*. Disponível em <http://www.artafrica.info/html/artigo trimestre/artigo.php?id=14> data de acesso: 11/04/2009.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴ A respeito do empreendimento político de apropriação e produção de discursos acerca do Oriente, ver Said (2007).